

**COLEGIADO DE PEDAGOGIA**

**O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇAO INCLUSIVA PARA OS ANOS INICIAIS: PERCEPÇÕES PEDAGÓGICAS**

**FEIRA DE SANTANA – BAHIA**

**2021.2**

Adrielle dos Reis Azevedo Novaes

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇAO INCLUSIVA PARA OS ANOS INICIAIS: PERCEPÇOES PEDAGOGICAS

Artigo apresentado como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob coordenação da professora Msc. Claudene Ferreira Mendes Rios, junto ao Colegiado de Pedagogia, na Faculdade Anísio Teixeira.

Orientador(a): Prof. Msc. Claudene Ferreira Mendes Rios

FEIRA DE SANTANA – BAHIA

**O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS INICIAIS: percepções pedagógicas**

Adrielle Dos Reis Azevedo Novaes[[1]](#footnote-1)

 Claudene Ferreira Mendes Rios[[2]](#footnote-2)

**Resumo**

Na discussão sobre educação inclusiva muito já foi dito, mas enquanto estudante de Pedagogia que busca compreender com maior amplitude este campo de estudo, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), objetivo discutir o papel do professor na educação inclusiva para os anos iniciais, evidenciando práticas pedagógicas inclusivas com potencial para provocar mudanças nas percepções pedagógicas de futuros professores em formação, a partir das indagações: quais aspectos da atuação do professor podem contribuir para a efetivação da educação inclusiva? E, quais práticas pedagógicas de educação inclusiva existente na escola são voltadas para os anos iniciais. Nesta perspectiva, nossos objetivos específicos são: entender o papel do professor na educação inclusiva; identificar práticas pedagógicas inclusivas adequadas aos anos iniciais e fomentar a reflexão em futuros professores sobre práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais. E para fundamentar nossa discussão dialogamos com os estudos de Mantoan (2003), Sassaki (1997), Rocha (2021), Ferreira (2003), Mittler (2003), entre outros. Também evidenciamos a necessidade desta temática fazer-se presente nas práticas dos professores que atuam nos anos iniciais a fim de contribuir para uma educação de oportunidades de aprendizagem equitativa.

**Palavras-chave**: Educação inclusiva. Praticas pedagógicas. Inclusão.

**Introdução**

Pensar em educação inclusiva é conceber que a escola é para todos e que acolherá os estudantes, quaisquer que sejam as suas deficiências. Esse pensamento está em consonância com o que consta na Declaração de Salamanca[[3]](#footnote-3), ao assegurar que toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, pois toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas. Entretanto, este documento também explicita que as políticas educacionais não alcançam seu real objetivo de inclusão, apesar da proposta de educação obrigatória e das políticas de implementação (BRASIL,1997). E, segundo Bueno (2006, p. 16),

 [...] as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado.

Os alunos não são homogêneos, as pessoas são diferentes e suas particularidades precisam ser considerados nos processos de ensinar e aprender. E apesar do tempo passado em relação a Declaração de Salamanca de 1994, já que estamos prestes a começar a terceira década do século XXI, os ordenamentos explicitados sobre a educação inclusiva ainda precisam tornar-se realidade nas práticas vivenciadas em nossas escolas.

Sem dúvida, o contexto da educação inclusiva é complexo e nos interessa muito enquanto estudante do curso de Pedagogia e futura professora. Por isso, decidimos desenvolver a nossa pesquisa de TCC sobre esta temática, a partir das seguintes indagações: quais aspectos da atuação do professor podem contribuir para a efetivação da educação inclusiva? E, quais práticas pedagógicas de educação inclusiva existente na escola são voltadas para os anos iniciais.

Assim sendo, foi definido como objetivo geral discutir o papel do professor na educação inclusiva para os anos iniciais, evidenciando práticas pedagógicas inclusivas com potencial para provocar mudanças nas percepções pedagógicas dos professores dos anos iniciais e, como objetivos específicos: entender o papel do professor na educação inclusiva, identificar práticas pedagógicas inclusivas adequadas aos anos iniciais e fomentar a reflexão em futuros professores sobre práticas pedagógicas inclusivas nos anos iniciais.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica exploratória, ancorada na abordagem qualitativa, na perspectiva de ampliar os nossos conhecimentos acerca desta temática, apoiando as discussões aqui apresentadas nos estudos de Mantoan (2003), SaSSaKi1997), Rocha (2021), Ferreira (2003), Mittler (2003), entre outros.

Em síntese, reconhecemos, a partir das leituras que ainda há barreiras atitudinais em relação à inclusão, e que precisam ser enfrentadas pelos atuais professores e futuros para que a aprendizagem de todos que adentrem o espaço escolar possa ocorrer de modo equitativo, enaltecendo a diversidade natural inerente ao ser humano.

**Referencial Teórico**

Os teóricos com os quais dialogamos esta pesquisa de caráter exploratório têm contribuições valiosas para fundamentar a formação de professores, em especial, a formação em Pedagogia, a qual me proponho.

**Breves digressões sobre a inclusão**

Incluir é inserir o aluno no processo de ensino e a escola tem que se ajustar às necessidades do aluno, ou seja a criança com necessidade educacional especial necessita estar inserida, interagindo e não ficar somente perto de outras crianças, precisa se sentir acolhida. Portanto, incluir não é o mesmo que integrar.

Para Mantoan (1997, p. 235),

a integração traz consigo e ideia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, consequentemente, ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que esta seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constante dinamismo político social.

E, Mittler (2003, p. 16) reforça que:

a inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.

Nesta perspectiva, a inclusão gera uma modificação no sentido educacional, pois ela estimula que haja o desenvolvimento de um espaço de integração e não alcança somente os alunos com deficiência, mas todas as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, ou seja, alguma necessidade especial.

E, a escola inclusiva necessita abranger a todos, sejam quais forem as suas diferenças e necessidades, pois somos seres únicos e distintos e é imprescindível respeitar cada aluno em sua individualidade. Para Mantoan (2003), a educação inclusiva deve aceitar todas as crianças sem restrições, sejam os estudantes com deficiência, os que tem algum tipo de comprometimento, os superdotados e as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo.

Já Sassaki (1997) salienta que a escola precisa ser hábil para receber todos os tipos de alunos e deve mostrar uma educação de qualidade. Sendo assim é necessário que a escola ofereça respostas instrutivas conciliáveis com as suas capacidades, necessidades e possibilidades. E, para Rocha (2016) a inclusão busca conceder acesso na participação da vitória das crianças nos âmbitos educativos, garantindo a participação no aprendizado e objetivando reforço nos métodos pedagógicos inclusivos.

Além dessas referências sobre inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de julho de 2015 que entrou em vigência no ano de 2016, garantindo o direito à educação tanto às pessoas comuns como as pessoas com necessidades educacionais, em seu artigo 27, no capítulo IV sobre direto à educação nos diz que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 7).

Entretanto, sabemos que apesar de existirem leis que garantem o atendimento de alunos com necessidades especiais especificas algumas instituições não oferecem condições para atendê-los. Faltam recursos, estrutura como rampas, banheiros adaptados, equipamentos de segurança e que proporcione autonomia, e especialmente profissionais qualificados para atender as necessidades individualidade dos alunos.

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas da figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo. (PIMENTEL, 2012, p. 140).

De fato, apenas matricular o aluno não garante a inclusão, é essencial a preparação dos professores para que aconteça o processo inclusivo, pois é na prática que a inclusão se consolida e a aprendizagem acontece.

**Aspectos da prática do professor que podem contribuir na educação inclusiva**

As leis e os estudos sobre inclusão não são novos, já acontecem há muito tempo, mas a escola ainda não se tornou em espaço realmente inclusivo, onde o papel do professor é o de expandir currículos para a realização das atividades no contexto social para proporcionar a aceitação de pessoas com deficiência no ambiente de cooperação e participação dos alunos.

Segundo Mantoan (2003), para a inclusão escolar acontecer, o professor tem que reconquistar o domínio de estar concentrado na escola pois é ele que cria o ambiente para a educação ocorrer, organizando as atividades de aprendizagens e intervindo na compreensão e entendimento dos alunos.

Já Freire (1996) evidencia um aspecto crucial da atuação do professor com relação ao trabalho inclusivo - o envaidecimento da boniteza de ser um transformador social, que faz a diferença no dia a dia dos alunos. Trata-se de um compromisso exercido na prática diária, portanto mais necessário do que a eliminação de barreiras arquitetônicas ou adequações curriculares também necessárias, ou seja, é preciso que haja mudança de atitudes por parte dos envolvidos com o processo educativo visando a inclusão.

E para Mittler (2003) os professores devem entender que é necessário revisar as experiências pedagógicas em vários níveis, pois a pratica pedagógica inclusiva define que toda criança seja qual for o seu caráter e sua maneira de aprendizado necessita de uma educação que leve em conta as suas escolhas.

Ainda de acordo com SassaKi (1997) o professor necessita cuidar do aluno com uniformidade considerando as limitações uma vez que os alunos têm as suas próprias qualidades e habilidade de aprendizado, expondo-as em situações de aprendizado.

Nesta perspectiva, o professor que busca, vivencia e acredita na inclusão, que vive a diversidade em sala de aula como algo natural também vivido na sociedade em geral, que respeita seus alunos como seres potencialmente capazes, se torna um verdadeiro provocador de desafios, mediador de conflitos e atividades, sabedor de que a resposta educativa de um pode não ser igual à de outro em decorrência das singularidades de cada aluno. Aliás,

a prática educativa do professor deve ser sempre reflexiva, visando melhor compreender os alunos e a própria docência. “Para que a atuação docente caminhe no sentido de qualidade, o centro das práticas de toda e qualquer ação didático pedagógica está sempre no aluno e, mais precisamente, na aprendizagem que ele consiga alcançar” (SILVA; FERREIRA, 2008, p. 76).

Assim, para que as práticas educativas avancem é importante que o professor verifique as necessidades educacionais, identifique as causas e determine as ações que serão utilizadas no desenvolvimento das atividades do dia a dia.

E sobre o questionamento da própria prática em sala, Mantoan (2003, p.44) evidencia que,

nas comparações, na análise das circunstâncias e dos fatos que provocam perturbações e/ou respondem pelo sucesso escolar, os professores vão definindo, pouco a pouco, as suas ‘teorias pedagógicas’. A intenção é que os professores sejam capazes de explicar o que antes só sabiam reproduzir a partir do que aprendiam em cursos, oficinas, palestras, exclusivamente. A proposta incentiva os professores a interagirem regularmente com seus colegas, a estudarem juntos e a que estejam abertos a colaborar, com seus pares, na busca dos caminhos pedagógicos da inclusão.

Além disso, reforçando esta discussão, Ferreira, (2003, p.12) sinaliza que,

é imprescindível que a instituição educacional fique mais atenta aos interesses, características, dificuldades e resistências apresentadas pelos alunos no dia a dia da Instituição e no decorrer do processo de aprendizagem. Dessa forma, o ambiente escolar precisa se construir como um espaço aberto, acolhedor, preparado e disposto a atender às peculiaridades de cada um.

A este respeito, deve ser repensada a prática pedagógica do professor dos anos iniciais em relação a educação inclusiva, de modo que traga ao professor, métodos práticos que possibilite ampliar os percursos e a aprendizagem, modificando a visão e a inclusão de pessoas com deficiência, pois o professor deverá promover um ensino que olhe por todos os alunos, proporcionando o respeito mútuo e demonstrando que todos somos iguais independente de sua etnia, situação econômica e suas diferenças.

Sobre a ampliação de inclusão de pessoas com necessidades educativas especificas cabe pontuar que tem ocorridos mudanças na realidade das escolas públicas e privadas, que passaram a buscar formação para seus professores para adequá-los a nova realidade, pois não basta apenas o surgimento das leis que defendem a inclusão e não estarem preparados para receber esse público diferenciado. Portanto, “envolve um processo de preparação do professor que considera as diferenças e as dificuldades dos alunos na aprendizagem escolar como fonte de conhecimento sobre como ensinar e como aperfeiçoar as condições de trabalho nas salas de aula” (BRASIL,1995, p.17).

Neste contexto, as práticas dos professores são elementos cruciais para a educação inclusiva, portanto, quanto mais interativas, agregadoras, desafiadoras, a inclusão acontecerá.

**Implicações das práticas inclusivas existentes nas escolas dos anos iniciais**

As discussões ora apresentadas nos permitem inferir que entendemos por prática inclusiva qualquer ação que o professor proponha em sala de aula, considerando as singularidades e limitações dos alunos, mas que os possibilite avançar na sua aprendizagem e no seu desenvolvimento como ser humano.

Neste contexto, os estudos de Mantoan (2003) chamam atenção ao enfatizar as necessidades dos professores revisarem a sua condição de educar e esboçar sem homogeneização as ações pedagógicas e os trabalhos refletidos de maneira única para toda a turma já que tem várias maneiras de estudar e vários modos de educar.

Porém, a escola tem modificado a sua posição na educação inclusiva, formulando atos das experiências pedagógicas a partir da valorização da diversidade, inclusive, buscando respeitar os tempos de aprender das crianças. Assim sendo,

[...] escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, p.119).

Nesta perspectiva, não há espaços para práticas homogeneizantes na sala de aula, pelo contrário, os alunos são convidados a modificar seu olhar, em especial os que tem necessidade especiais – a abandonar o olhar de incapaz, para um olhar que vislumbra chances de aprendizado e crescimento, a partir do planejamento de atividades que comportam o aparecimento de diferentes modos de execução, como de inteligências. (ROCHA, 2021).

Esses aspectos demarcadores das práticas inclusivas abraçam o coletivo com respeito mútuo, mas Mittler (2003, p. 184) ressalta que,

cada escola tem sua própria abordagem de envolvimento pessoal na promoção de mudanças, mas a informação de que dispomos não deixa nenhuma dúvida de que criar oportunidades para reflexão e discussão é essencial na implementação de qualquer tipo de inovação.

Ou seja, há espaços também para atividades direcionadas a determinadas necessidades especiais que o professor perceba

A presença de professores especialmente destacados para acompanhar o aluno com deficiência nas atividades de sala de aula, servindo como apoio ou mesmo respondendo diretamente pela inserção desse aluno no meio escolar, é uma alternativa de inserção que vem sendo frequentemente utilizada pelos sistemas organizacionais de ensino em todo o mundo (MANTOAN, 2004, p. 35).

Contudo, essa prática não acontece em todas as escolas por falta de professores e também pelo entendimento que algumas escolas sobre uma prática inclusiva, que não se restringe a integração da criança com necessidades na turma, enfrentando assim, os problemas que decorrem dessa escolha.

Com relação as práticas inclusivas que acontecem nas salas de aulas que se encontram anotados nas escolas, evidenciamos as brincadeiras e os jogos pedagógicos e recreativos. No brincar, o professor estimula às crianças a mostrarem suas habilidades e seu jeito de enfrentar a vontade de outros alunos efetivarem diálogos, criarem alternativas para as brincadeiras e demonstrarem suas intenções diante do aprendizado, garantindo assim uma prática inclusiva.

Além disso, é preciso oferecer um bom atendimento, com a compreensão das mais diferentes reações possíveis, além de uma escuta atenta e a constante disponibilidade para interagir e orientar sempre que necessário, e os jogos são atividades de caráter lúdico e quando utilizados com a perspectiva pedagógica propicia a interação da criança com necessidades educacionais especiais e o objeto, além de favorecer as crianças com habilidades de independência a motivação para se inserir no âmbito escolar com mais agilidade.

Nesta perspectiva, a prática dos jogos pode ser observada como possibilidade do trabalho pedagógico, capaz de proporcionar aprendizagens significativas, por superar o contexto excludente e construir relações afetivas e dialógicas com as crianças. Aliás, as aprendizagens não acontecem de fora para dentro, mas emergem das vivências, das ações da criança com o meio que interage.

Dessa forma, entendemos que a educação inclusiva não se restringe a proporcionar acesso e qualidade de ensino mas para todos que habitam o espaço escolar, cuja a centralidade é o aprender.

**Percurso metodológico**

A presente pesquisa surgiu do interesse em discutir o papel do professor na educação inclusiva para os anos iniciais, tento em vista que ainda vivemos numa sociedade excludente e precisamos de uma escola inclusiva que ressignifique a aprendizagem das crianças.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica exploratória, ancorada nos princípios qualitativos, cuja principal vantagem, segundo Gil (2016, p. 45), “reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplo do que aquela que poderia pesquisar diretamente” principalmente se os dados não puderem ser acessados diretamente, como foi o nosso caso, que pensamos em fazer um trabalho de campo, mas por conta de estarmos vivendo este tempo de pandemia, ficamos impossibilitados de dialogar com os professores dos anos iniciais. Além disso, Gil (2016) nos diz que esse tipo de pesquisa é elaborado por autores para um público alvo, com um objetivo específico. No nosso caso, almejamos, com essa discussão alcançar os professores dos anos iniciais e também os estudantes de pedagogia, futuros professores.

E, para o desenvolvimento deste exercício formativo que é pesquisar, seguimos as recomendações de Fonseca (2002) para ampliar o nosso arcabouço teórico, quando nos informa que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permita ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p.32).

Realmente, muito já foi estudado e dito sobre inclusão, mas faz-se necessário continuar estudando, dado que a luta continua em cada escola para de fato ocorrer a inclusão e as discussões aqui apresentadas, embora seja um recorte da literatura disponível, consideramos significativas por possibilitar aos leitores subsídios para continuar avançando nos estudos.

**Considerações finais**

Esse artigo tem com título “o papel do professor na educação inclusiva para os anos iniciais: percepções pedagógicas” e discutir esse papel do professor foi o objetivo central dessa pesquisa, neste TCC.

Logo, as percepções pedagógicas que emergiram dessas discussões a partir da ação de entender, identificar e fomentar apontam que a educação inclusiva implica em um projeto de reconstrução e que a escola enquanto lugar democrático necessita se ajustar as variedades e as normas das ações que sejam produzidos para o caráter de inclusão. E, para que a educação seja para todos vai ser necessário que o professor e as experiências estejam em harmonia com o perfil da turma para produzir as estratégias capazes de proporcionar aprendizagens.

Outra percepção pedagógica a considerar é sobre os alunos que passam a serem protagonistas do seu aprendizado por serem estimulados a vencerem as barreiras da exclusão, por meio do engajamento nas atividades e pelo respeito ao desenvolvimento cognitivo de cada um. Ou seja, na perspectiva de inclusão aqui discutida, o professor se importa e contribui para a efetivação das aprendizagens.

Aliás, as escolas inclusivas precisam mostrar que todos são hábeis em estudar, oferecendo recursos e atividades que proporcionem o desenvolvimento educacional para diminuir as diferenças sociais, devem motivar o acesso e a permanências das crianças, sugerindo modificações na prática pedagógica da escola de maneira que conheçam e considerem as diferenças de cada um e que são ambientes para todos.

E outra percepção emergida é que com a inserção da educação inclusiva a escola “tradicional” se modifica, adequando sua capacidade de acolhimento a qualquer aluno, com o intuito de propiciar uma educação de qualidade para todos, a partir do reconhecimento das diferenças e dos ajustes nas práticas às condições particulares de desenvolvimento de cada aluno.

Por fim, ressaltamos a necessidade de contínua discussão sobre inclusão, na formação inicial (meu caso) como na formação continuada, tendo em vista que as práticas desenvolvidas pelos professores se mostraram determinantes para o processo de inclusão.

**Referencias**

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. O processo de integração escolar dos alunos portadores necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro. Serie diretrizes n 11. Brasília: secretaria de educação especial (SEESP),1995.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº13.146 de 6 de julho de 2015. Brasília: Congresso Nacional, 2015. <http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em 30.10.2021.

BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais.** 2006. Projeto de pesquisa. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao\_exclusao\_escolar.pdf>. Acesso em: 03.09.2021.

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, D. **Perspectivas sobre a inclusão**: da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. p. 117-149.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções as práticas pedagógicas. In: 26 Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Educação (ANPED), Poços de Caldas, 2003. https:< www. Anped.org.br>. Acesso em 12.10.2021.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

<http://www.punf.uff.br/inclusao/images/leis/lei_13146.pdf>. Acesso em 30.10.2021.

MANTOAN, Maria Tereza E. **Ser ou estar: eis a questão**. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como se faz? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: SOTBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (Org.). **Educação Especial**: em direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/40644516>. Acesso em 15.10.2021.

MITTLER. Peter. **Educação inclusiva contextos sociais**. Porto Alegre. Artmed. 2003

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. IN: MIRANDA, Therezinha Guimarães; FILHO. Teófilo Alves Galvão ( ORGS): **Formação , práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf. Acesso em 11.11.2021](file:///C%3A/Users/Usuario/Downloads/o-professor-e-a-educacao-inclusiva.pdf.%20Acesso%20em%2011.11.2021).

ROCHA,A.P.L;CRUZ,M.J.M.;BALTAZAR;A.P.G;ALVES,C.L.B.;BARROSO;M.P.M.;VALADARES,P.M.R.R. E SANTOS, A. M.B. A escola inclusiva: desafios. Editorial do Ministério da Educação e Ciência,2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Marianela Costa, FERREIRA, Rosa Silva. **Pedagogia**. Curitiba:EADCON, 2008.https:// pt.scribd.com/doc./105173418/3/ Docência- e- Estagio- supervisionado>. Acesso em 10.10.2021.

1. Aluna do curso de Pedagogia da FAT. E-mail: adriellereisazev@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso no semestre de 2021.2. E-mail: claudene.ferreira@fat.edu.br [↑](#footnote-ref-2)
3. A “Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais” foi o resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida em Salamanca, Espanha, no ano de 1994, e traz um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva. [↑](#footnote-ref-3)